

Orçamento depende da cobrança de dívidas

por Claudia Safatle
de Brasília

A dívida ativa inscrita da União monta, hoje, a cifra de Cr\$ 8 trilhões. Isso significa que as dívidas vencidas e não pagas junto ao fisco representam uma quantia superior aos Cr\$ 6,6 trilhões previstos em arrecadação de impostos federais para 1992. Foi de olho numa parcela dessa enormidade de débitos dos sonegadores que o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente, conseguiu fechar o orçamento da União para 1992.

Havia um "buraco" no orçamento de 1992 — que será enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 próximo — da ordem de Cr\$ 700 bilhões. Parente espera contar com maior reforço da Procuradoria da Fazenda Nacional, responsável pela cobrança da dívida ativa, para obter o ingresso de pelo menos 20% desse estoque de débitos, o que resultaria em Cr\$ 1,6 trilhão. Como parte das receitas tem que ser transferida para estados e municípios, ou destinada à educação ou, ainda, à Previdência Social, restaria à União a quantia de Cr\$ 700 bilhões.

Se do lado do Orçamento Geral da União a Secretaria Nacional de Planejamento procurou raspar as receitas e cortar, em média, 30% dos orçamentos dos ministérios para fechar um orçamento de Cr\$ 46,8 trilhões, do lado das empresas estatais, teve que haver alguma engenhosidade. Juntamente com o orçamento fiscal, o Congresso Nacional receberá o



Pedro Pullen Parente

programa de investimento das empresas estatais para 1992.

Até ontem, estavam fechados os programas de investimento da Telebrás — orçado em US\$ 2,5 bilhões; da Petrobrás, em US\$ 2,6 bilhões; e da Companhia Vale do Rio Doce, de cerca de US\$ 1 bilhão. Não foi possível, ainda, chegar a uma conclusão sobre o programa de investimento do grupo Eletrobrás, que parece de um "rombo" estimado em US\$ 2 bilhões. A única prioridade já equacionada no setor energético é a construção de Xingó, que tem destinação de US\$ 200 milhões de recursos orçamentários.

"Estamos fazendo das tripas coração para fechar as contas do orçamento sem aumentar os tributos", lamentou Pullen Parente, que levou os números preliminares de receitas e despesas, na última segunda-feira, ao presidente da República. Collor de Mello recebeu o orçamento

de 1992 e instruiu o secretário de Planejamento a buscar alocação adicional de recursos, prioritariamente para a Usina Hidrelétrica de Xingó, Ciência e Tecnologia, e para a construção dos Ciac (Centros Integra-

dos de Assistência à Criança).

"Sem o reforço adicional que a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda prometem fazer para aumentar as receitas, não daria para fechar o orçamen-

to", reiterou Parente. Sem operações de crédito, o orçamento de Cr\$ 46,8 trilhões cai para Cr\$ 24,9 trilhões e, desse total, Cr\$ 10,9 trilhões são recursos de contribuições sociais, vinculadas ao orçamento da

seguridade social. Assim, o orçamento de receitas tributárias representaria apenas Cr\$ 13,9 trilhões, insuficiente para fazer a rolagem da dívida pública, prevista em Cr\$ 22 trilhões para 1992.